

Resenha bibliográfica 2

Economics and the public purpose

Galbraith, John Kenneth. *Economics and the Public Purpose*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1973.

PAULO CESAR MOTTA *

O foco principal deste novo livro de Galbraith é o estado de dissociação entre a teoria e a realidade econômica. A teoria é a que veio a ser chamada de economia neoclássica, e a realidade é a da coexistência de dois sistemas, o de mercado e o de planejamento, na economia americana. O sistema de mercado se caracteriza pela atomização das unidades decisórias, onde se aplicam os conhecimentos econômicos convencionais. O sistema de planejamento compõe-se das empresas gigantes, da tecnoestrutura, da prioridade do crescimento e, fundamentalmente, do poder. A dissociação entre a teoria e a realidade ocorre porque a análise econômica tradicional, neoclássica e nekeynesiana, ignora o poder e seu conteúdo político. Na sociedade moderna, desenvolvida, o problema da distribuição de renda suplanta o da produção de bens e a má distribuição do poder se correlaciona com a má distribuição da renda. As medidas corretivas usuais, recomendadas pela teoria neoclássica, fracassam porque são insuficientemente normativas. A estratégia para uma reforma econômica eficaz, na qual se proponha uma reassociação com a realidade, deve abstrair-se de especulações ideológicas, ser objetiva e prática, porém reivindicar, antes de tudo, a redistribuição do poder.

Em síntese, essa é a essência do *Economics and the Public Purpose*, que segue, como afirma seu autor, uma direção estabelecida por

* Da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

duas obras anteriores: *A Sociedade Afluente* e *O Novo Estado Industrial*. Estas trataram de partes do sistema econômico, principalmente do sistema de planejamento, enquanto a atual agrupa as partes, dá a visão global e, por essa razão, impõe um caráter decisivo às idéias do autor.

O livro está dividido em duas partes. A primeira, composta de 20 capítulos, analisa a economia americana como uma ordem dicotômica, onde um sistema de mercado coexiste com um sistema de planejamento, realçada pelo desequilíbrio de poder. A segunda, de 11 capítulos, trata da teoria geral da reforma, ou seja, daquilo que deverá ser feito.

O que garante, essencialmente, a existência do sistema de mercado são as atividades geograficamente dispersas, em razão de dificultarem a organização e impedirem o crescimento das firmas. São, normalmente, atividades exigentes de área, como as profissões liberais, que exigem proximidade ao consumidor. Pertencentes, ainda, ao sistema de mercado estão as artes, que, em virtude de sua própria natureza, resistem à organização. O artista age como um empresário individual, não se submete aos objetivos de uma organização porque seu trabalho não é parte especializada de um todo. Ele é auto-suficiente como também o é o indivíduo de talento mais elevado. Este se afasta das grandes organizações porque elas, em razão do seu tamanho e imobilidade, se distanciam das atividades que envolvem medidas de esforço artístico, tornando-se acessível apenas aos talentos mais submissos. As grandes firmas se aplicam, então, aos objetivos de máxima eficiência técnica, de mínimo custo, alcançados pela estratégia da produção eficiente, em larga escala, em detrimento dos predicados de um bom empreendimento, de atraente senso artístico.

Uma peculiaridade importante do sistema de mercado é a exploração e a auto-exploração. Há exploração no sentido de que na agricultura, por exemplo, a legislação trabalhista é mais restrita e menos exigente. Mas há auto-exploração na contrapartida da dedicação do trabalhador agrícola a longas jornadas de trabalho, de cujo flagelo participam, também, membros de sua família. Esse excesso de dedicação se apossa, da mesma forma, dos pequenos comerciantes e das donas de casa, todos recebendo da sociedade louváveis manifestações de compreensão, apoio e mérito. É o importante papel da

“virtude social conveniente”. Esta é uma convicção criada pelo poder, que, por causa de sua distribuição desigual, faz com que uma parte se torne mais forte do que a outra; se uma delas controla seus preços e custos, pode forçar a exploração da outra porque aquelas são custos e preços desta. Se a situação for favorável, o grupo mais forte utiliza seu poder para transformar o que lhe for conveniente em uma virtude para a sociedade. Assim, a dona de casa, o trabalhador agrícola, e outros, que se exaurem no dia-a-dia, são persuadidos, pelos que aí vêem uma atitude conveniente, a aceitar uma parte da recompensa que lhes é devida sob a forma do reconhecimento público, pela demonstração de uma virtude social.

O que garante a existência do sistema de planejamento é o poder, exercido sobre seus preços de venda e sobre seus preços de compra, utilizado para explorar economias fracas do terceiro mundo e as firmas pequenas do próprio país. Pelo menos metade do sistema econômico desfruta desse poder. A aplicação das leis antitruste exigiria, segundo Galbraith, o reconhecimento, por parte do governo, da ilegalidade de pelo menos 50% do sistema econômico.

Com a crescente especialização do conhecimento técnico, a organização, no sistema de planejamento, tornou-se não só possível como necessária. A organização, a contrapartida da especialização, combina elementos tecnicamente incompletos, formando um complexo de cientistas, engenheiros e técnicos diversos, rotulado de tecnoestrutura, cujo objetivo é mais o crescimento da firma do que a maximização dos lucros. A tecnoestrutura necessita de poder de proteção para garantir sua existência e para minimizar a interferência externa dos acionistas, do governo, dos sindicatos e dos consumidores. A idéia de se proteger dos consumidores é singularmente notada, posto que a submissão da firma ao mercado e, conseqüentemente, ao consumidor é uma suposição habitual da teoria neoclássica. A tecnoestrutura necessita, também, de poder de afirmação, representado pelo objetivo de crescimento. Para persuadir a sociedade e o Estado, de modo que modifiquem favoravelmente suas atitudes, a firma precisa crescer, pois seu tamanho se correlaciona com seu poder. Isto, por sua vez, reforça os objetivos de proteção.

Enfim, enquanto o sistema de planejamento domina sua esfera de atividade, o sistema de mercado se acomoda diante de forças alheias a seu controle.

A reforma de Galbraith é antes de tudo no sentido de equilibrar o poder dentro do sistema econômico, isto é, aumentar o poder do sistema de mercado, ou reduzir o poder do sistema de planejamento, ou ambos os esforços simultaneamente. Sua base contesta a convicção comum de que os objetivos do sistema do planejamento são aqueles dos indivíduos. Nesse sentido, deve-se modificar a atual orientação do sistema educacional, que indica renda e consumo como coordenadas de avaliação, denunciar a atual pedagogia econômica, que esconde como o indivíduo é governado, reagir à força de persuasão, que deturpa os objetivos individuais, e, finalmente, desfazer a manufatura das políticas públicas, produzida pelo sistema do planejamento. Embora o Estado seja parte importante do problema, dele também é a responsabilidade decisiva das medidas remedidoras.

Faz-se necessário obter a emancipação do Estado e a compreensão do povo para daí, então, recomendar as linhas de ação pública.

A preconização para uma melhor compreensão pública da realidade se vincula a uma solicitação para que os indivíduos agucem o senso prático. A sociedade se beneficiaria se soubesse distinguir, claramente, aquilo que devesse ser privado daquilo que devesse ser público. Daí a sugestão de Galbraith para o Novo Socialismo, isto é, a socialização por consequência e não por ideologia. Um pouco de reflexão revela ser esta uma proposição bastante ambiciosa. Tradicionalmente, um bem ou serviço demonstra possuir natureza social em virtude de suas características de indivisibilidade, externalidade e, algumas vezes, de mérito. De um modo geral, um conjunto de bens pode ser ordenado em função delas. Os bens, por exemplo, que fossem densos nessas características ficariam nos pontos mais altos da escala e participariam do orçamento público. Mas isto não implicaria que fossem necessariamente produzidos no domínio da propriedade pública. Na economia americana, a Lockheed e a General Dynamics, que dependem, substancialmente, de contratos do Departamento de Defesa, são empresas privadas, produzindo bens "privados" que atendem a uma necessidade pública. Para Galbraith esta é uma anomalia inaceitável, como também o são as deficiências da assistência médica, atribuída praticamente ao setor privado. A solução, nesses casos, possivelmente os mais extremos, seria

polarizá-los no ponto mais alto da escala, passá-los para o total domínio da propriedade pública. São situações onde a solução, por consequência, conduz à propriedade pública, constituindo-se no Novo Socialismo.

De um ponto de vista global, entretanto, as soluções dependerão de como a escala de bens for estabelecida, dos fatores da sua determinação e, principalmente, de que ponto da escala se inicia a análise. Poder-se-ia aumentar ou diminuir o número de características pelas quais se ordenam os bens. Ou verificar, por exemplo, de acordo com uma dada escala, quais os setores ineficientes de uma economia totalmente socializada e sugerir como solução a polarização no sentido inverso.

Galbraith, aparentemente, procura se situar sobre uma linha de fronteira ideológica, independente. Não sendo isto fácil, se não impossível, acaba apoiando-se em ambos os lados. Deste modo, para os socialistas tradicionais, o Novo Socialismo se apresenta como uma proposição válida, porém insuficiente. Na verdade, muitas economias, na Europa e na América Latina, chamadas de não-socialistas, se aproximam do socialismo galbraithiano, e se não são mais ou menos socializados deve-se mais a razões de conjuntura política do que a um consenso de que suas instituições são, comparativamente, mais eficientes. As proposições para "ser prático" diferem entre si por fortes doses ideológicas; entretanto, deve-se lembrar, em favor de Galbraith, a natureza da economia para a qual, em primeiro lugar, dirigiu sua análise.

Outra recomendação importante é para eliminar as tendências inflacionárias e deflacionárias inerentes ao sistema de planejamento, consistentes com os propósitos de melhorar a distribuição de renda. O sistema de mercado tende à estabilidade em virtude de nele se aplicarem os mecanismos de ajustamento de teoria neoclássica; o sistema de planejamento, em razão de sua rigidez, está fortemente sujeito a instabilidades, cujos efeitos podem tornar-se cumulativos. A renda no sistema de mercado é, comparativamente, mais bem distribuída, a propensão a consumir e a propensão a investir são mais elevadas e as poupanças, realizadas por indivíduos, tornam-se prontamente disponíveis para empréstimo. Os pequenos empresários, em condições de insuficiência de demanda, aceitam reduções em suas rendas,

todavia não se desempregam; os empregados aceitam redução salarial e mantêm seus empregos. No sistema de planejamento, as poupanças, lucros retidos, são realizadas por instituições. As decisões sobre poupança e investimento são tomadas por um número pequeno de grandes firmas, não havendo um mecanismo para coordenar os dois tipos de decisão. Os preços e os salários, por serem controlados, não cedem. O impacto se faz sentir, então, sobre o produto e o emprego, com subseqüentes efeitos sobre a poupança e com sérias conseqüências sobre o vulnerável sistema de mercado.

Fazem-se necessárias ainda outras medidas, tais como promover a igualdade de retorno entre o sistema de mercado e o de planejamento, evitando-se a tendência à desigualdade; nivelar os objetivos do sistema de planejamento com os do público, eliminando-se os conflitos e as subserviências aos interesses do sistema do planejamento. Além dessas, controlar as despesas públicas de tal modo que satisfaçam às necessidades sociais e não atendam apenas aos interesses da tecnocracia; finalmente, procurar uma adequada coordenação interindustrial, uma reconhecida incapacidade do sistema de planejamento.

Por tudo isso, os conhecimentos econômicos convencionais precisam ser modificados a fim de se tornarem capazes de permitir uma avaliação correta da realidade. O sistema de planejamento, constituído de monopólios e oligopólios, seria pela visão tradicional o setor mais ineficiente, onde empregados estariam sujeitos às maiores explorações por seus empregadores. A verdade porém demonstra que no sistema de planejamento os salários são mais elevados, as condições de trabalho mais agradáveis e a estabilidade do emprego mais garantida. As pressões dos sindicatos para aumentos de salários são transformadas em aumentos de preços para os consumidores, dada a capacidade do sistema de planejamento de transferir pressões de um lado para o outro. Assim, os economistas ortodoxos que esperavam ver, na fuga à competição, a formação de uma série de ineficiências, encontram-nas principalmente no sistema de mercado. Os economistas não ortodoxos, acreditando serem os oligopólios e monopólios obstáculos reais ao desenvolvimento, encontram no sistema de planejamento as mais elevadas taxas de crescimento.

Por conseguinte, o esforço para equilibrar o poder dentro do sistema econômico gera um argumento muito interessante. Nele incluem-se medidas para isentar as pequenas empresas das proibições das leis antitruste, introduzir controle governamental direto nos preços e produções do sistema de mercado e obter do governo um apoio maciço às suas necessidades de capital, tecnológicas e educacionais. Logicamente que, executadas concomitantemente com outras, no sentido de reduzir o poder do sistema de planejamento, essas medidas modificam o eixo de equilíbrio e a ordem do sistema econômico. E as decantadas qualidades do impotente sistema de mercado submergirão com a elevação de seu poder e, talvez, até com o desaparecimento de seu rótulo. Daí volta-se, novamente, a questões ideológicas, porque estas alimentam as dimensões pelas quais as políticas econômicas e sociais devem ser avaliadas.

O conjunto de medidas proposto por Galbraith visa a tornar a economia mais normativa. Nesse particular, entretanto, a insuficiência da teoria neoclássica deve-se a não mais do que a dificuldade de se atribuir prerrogativas às unidades decisórias, no sentido de resolver questões de ética aplicada. Os critérios filosóficos de decisão, tradicionais, relativos à avaliação do bem-estar, mostram certa preocupação com o problema, embora tratem-no de maneira bem mais limitada do que a preconizada por Galbraith. Não se discute, por exemplo, a determinação de escalas de produção por meio de critérios substancialmente normativos, não obstante na economia americana serem inúmeras as decisões cujas dimensões transcendem claramente as apreciações de eficiência, definidas pela teoria neoclássica. Essas decisões, por outro lado, são mais frutos de um consenso político do que de um esforço metodológico para ampliar as dimensões do processo de decisão. A teoria neoclássica reconhece as implicações normativas das decisões econômicas, mas, dadas as dificuldades de integração de objetivos múltiplos, limitou-se sempre a avaliá-las em função de um conceito de eficiência, subordinado a magnitudes de renda e consumo.

A inferioridade da tradicional teoria econômica frente aos graves problemas atuais demonstra seu elevado grau de obsolescência. É um descompasso que de certa forma abrange várias ciências. O fato de se excluir *o poder* da análise neoclássica confere-lhe alguma

responsabilidade pelo aparecimento e evolução dos monopólios e oligopólios, já que as ineficazes legislações antitruste se apóiam sobre conhecimentos econômicos convencionais. Contudo, dever-se-ia questionar também, como recomendam os economistas mais conservadores, até que ponto as atitudes e ações governamentais contribuíram para a formação dos atuais monopólios e oligopólios. Além disso, determinar quão responsável é o processo político pelas más aplicações das leis antitruste e pelas tão invocadas distorções nas avaliações das preferências sociais, as quais Galbraith imputa, principalmente, ao poder de persuasão do sistema de planejamento, embora reconheça a necessidade de reformas políticas.

Não obstante, *Economics and the Public Purpose* é seguramente a obra mais importante que trata de políticas de intervenção governamental e do controle social das empresas, relativa à economia americana, desde a publicação, em 1926, do *Social Control of Business*, de J. M. Clark. Procura analisar a economia americana com o mesmo sentido prático e invulgar de Veblen. Juntamente com Myrdal, Galbraith compõe a força dominante do neoinstitucionalismo. Nele abriga-se a idéia de que o controle das grandes empresas se traduz por um controle do poder, o que excede, em termos econômicos e políticos, os problemas de alocação de recursos, vinculados ao pensamento tradicional. Sustenta-se ainda o estabelecimento de prioridades nacionais, o que indica um apoio ao planejamento nacional. Nesse sentido contrapõe-se primeiramente aos descentralizadores, representados pelas idéias defendidas por Milton Friedman, que atribuem à competição a função de controle social das empresas. E, em segundo lugar, aos economistas ortodoxos, reivindicadores de leis antitrustes para corrigir os problemas de eficiência na alocação de recursos, gerados por monopólios e oligopólios.

Galbraith, crítico severo e contínuo da teoria neoclássica, apela para a percepção mais lúcida da realidade, para a emancipação mais rápida das convicções e, conseqüentemente, para a atualização mais oportuna da economia.

Economic and the Public Purpose demonstra a importância das novas opções e o perigo das velhas tendências. Na análise de uma realidade e na preconização de uma mudança seu autor superou a muitos, inclusive a si mesmo.

PESQUISA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO

Índice do Volume 4, 1974

ARTIGOS, COMUNICAÇÕES e RESENHAS (por ordem de paginação)

Alguns Aspectos da Evolução do Planejamento Econômico no Brasil (1934-1963)	1
<i>Jorge Vianna Monteiro e Luiz Roberto Azevedo Cunha.</i>	
Contas Sociais e Modelos de Determinação da Renda Regional	25
<i>Paulo Roberto Haddad</i>	
Efeitos de Programas Alternativos do Governo sobre a Agricultura do Nordeste	49
<i>George F. Patrick</i>	
Migração, Transição e Absorção em Vinte Cidades	83
<i>Arthur L. Silvers e Morvan de M. Moreira</i>	
Incentivos Fiscais, Acumulação de Capital e Emprego de Mão-de-obra: Uma Contribuição ao Debate	111
<i>Fernando A. Rezende da Silva</i>	
Dualismo Tecnológico na Agricultura: Novos Comentários	119
<i>Cláudio R. Contador</i>	
Contas Nacionais do Brasil — Conceitos e Metodologia	139
<i>Ralph Miguel Zerkowski</i>	
Produto Fixo e Processo do Multiplicador nos Países em Desenvolvimento	157
<i>Lane Vanderslice</i>	
Distribuição da Renda: Uma Versão para a Minoria	167
<i>Carlos Geraldo Langoni</i>	
Peláez, Carlos Manuel — História da Industrialização Brasileira: Crítica à Teoria Estruturalista no Brasil	181
<i>Flávio R. Versiani</i>	
Elementos Básicos de uma Política em Favor da Agricultura Brasileira	209
<i>Ruy Miller Paiva</i>	

Desenvolvimento Financeiro, Liquidez e Substituição entre Ativos no Brasil: A Experiência Recente	<i>Cláudio R. Contador</i>	245
Análise das Diferenças de Produtividade da Pecuária de Corte em Áreas do Brasil Central	<i>Charles C. Mueller</i>	285
Diferenciais de Produtividade Industrial e Estrutura Urbana	<i>Hamilton C. Tolosa</i>	325
Relacionamento Financeiro do Brasil com o Exterior	<i>José Eduardo de Carvalho Pereira</i>	353
Pesquisas em Economia da Educação: Uma Agenda	<i>Cláudio de Moura Castro</i>	381
Distribuição de Renda e Análise Custo-Benefício: A Integração de Eficiência e Equidade	<i>Paulo Cesar Motta</i>	411
Algumas Considerações sobre o Comportamento das Empresas Multinacionais	<i>Thomaz Schneider e Carlos Von Doellinger</i>	433
Escolha de Técnicas e Rentabilidade das Empresas Governamentais	<i>José Tavares de Araújo Jr.</i>	447
Vernon, Raymond — The Economic and Political Consequences of the Multinational Enterprise: An Anthology	<i>Carlos Von Doellinger</i>	463
Urbanização e Concentração Industrial: 1940/70	<i>Martin T. Katzman</i>	475
O Grupo do Banco Mundial e o Desenvolvimento Sócio-Econômico no Terceiro Mundo	<i>Werner Baer</i>	533
Um Post Mortem à “Parábola” Neoclássica	<i>Donald J. Harris</i>	563
Investimento Estrangeiro na Perspectiva de Países em Desenvolvimento	<i>Samuel Morley</i>	601
Governo, Empresas Multinacionais e Empresas Nacionais: O Caso da Indústria Petroquímica	<i>José Tavares de Araújo Jr. e Vera Maria Dick</i>	629
Subsídios às Exportações: Uma Reabilitação Parcial	<i>Antonio Carlos Lengruber</i>	655
Novas Alternativas para Financiamento dos Encargos do Governo: Problemas e Perspectivas	<i>Fernando A. Rezende da Silva</i>	671

Algumas Considerações sobre as Novas Diretrizes de Política Industrial	<i>Maria Helena T. Taques Horta</i>	687
Riscos Cambiais e a Administração Financeira de uma Subsidiária Estrangeira	<i>Clóvis de Faro</i>	705
Kahil, Raouf — Inflation and Economic Development in Brazil — 1946/1963	<i>Pedro Sampaio Malan</i>	719
Heal, G. M. — The Theory of Economic Planning	<i>Jorge Vianna Monteiro</i>	733
Furtado, Celso — O Mito do Desenvolvimento Econômico	<i>Antonio Castro</i>	739

AUTORES (por ordem alfabética)

<i>ARAÚJO Jr., José Tavares de.</i> Escolha de Técnicas e Rentabilidade das Empresas Governamentais		447
<i>ARAÚJO Jr., José Tavares de.</i> Governo, Empresas Multinacionais e Empresas Nacionais: O Caso da Indústria Petroquímica		629
<i>BAER, Werner.</i> O Grupo do Banco Mundial e o Desenvolvimento Sócio-Econômico no Terceiro Mundo		533
<i>CASTRO, Antonio</i>		739
<i>CASTRO, Cláudio de Moura.</i> Pesquisas em Economia da Educação: Uma Agenda		381
<i>CONTADOR, Cláudio R.</i> Desenvolvimento Financeiro, Liquidez e Substituição entre Ativos no Brasil: A Experiência Recente		245
<i>CONTADOR, Cláudio R.</i> Dualismo Tecnológico na Agricultura: Novos Comentários		119
<i>CUNHA, Luiz Roberto Azevedo.</i> Alguns Aspectos da Evolução do Planejamento Econômico no Brasil (1934-1963)		1
<i>DICK, Vera Maria.</i> Governo, Empresas Multinacionais e Empresas Nacionais: O Caso da Indústria Petroquímica ..		629
<i>DOELLINGER, Carlos Von.</i> Algumas Considerações sobre o Comportamento das Empresas Multinacionais		433
<i>DOELLINGER, Carlos Von.</i>		463

<i>FARO, Clóvis de.</i> Riscos Cambiais e a Administração Financeira de uma Subsidiária Estrangeira	705
<i>FURTADO, Celso.</i> O Mito do Desenvolvimento Econômico (Resenha)	739
<i>HADDAD, Paulo Roberto.</i> Contas Sociais e Modelos de Determinação da Renda Regional	25
<i>HARRIS, Donald J.</i> Um Post Mortem à "Parábola" Neoclássica	563
<i>HEAL, G. M.</i> The Theory of Economic Planning (Resenha)	733
<i>HORTA, Maria Helena T. Taques.</i> Algumas Considerações sobre as Novas Diretrizes de Política Industrial	687
<i>KAHIL, Raouf.</i> Inflation and Economic Development in Brazil — 1946/1963 (Resenha)	719
<i>KATZMAN, Martin T.</i> Urbanização e Concentração Industrial: 1940/70	475
<i>LANGONI, Carlos Geraldo.</i> Distribuição da Renda: Uma Versão para a Minoria	167
<i>LENGRUBER, Antonio Carlos.</i> Subsídios às Exportações: Uma Reabilitação Parcial	655
<i>MAIAN, Pedro Sampaio.</i>	719
<i>MONTEIRO, Jorge Vianna.</i> Alguns Aspectos da Evolução do Planejamento Econômico no Brasil (1934-1963)	1
<i>MONTEIRO, Jorge Vianna.</i>	733
<i>MOREIRA, Morvan de M.</i> Migração, Transição e Absorção em Vinte Cidades	83
<i>MORLEY, Samuel.</i> Investimento Estrangeiro na Perspectiva de Países em Desenvolvimento	601
<i>MOTTA, Paulo Cesar.</i> Distribuição da Renda e Análise Custo-Benefício: A Integração de Eficiência e Equidade	411
<i>MUELLER, Charles C.</i> Análise das Diferenças de Produtividade da Pecuária de Corte em Áreas do Brasil Central ..	285
<i>PAIVA, Ruy Miller.</i> Elementos Básicos de uma Política em Favor da Agricultura Brasileira	209
<i>PATRICK, George F.</i> Efeitos de Programas Alternativos do Governo sobre a Agricultura do Nordeste	49

<i>PELÁEZ, Carlos Manoel.</i> História da Industrialização Brasileira: Crítica à Teoria Estruturalista no Brasil (Resenha)	181
<i>PEREIRA, José Eduardo de Carvalho.</i> Relacionamento Financeiro do Brasil com o Exterior	353
<i>REZENDE DA SILVA, Fernando A.</i> Incentivos Fiscais, Acumulação de Capital e Emprego de Mão-de-Obra: Uma Contribuição ao Debate	111
<i>REZENDE DA SILVA, Fernando A.</i> Novas Alternativas para Financiamento dos Encargos do Governo: Problemas e Perspectivas	671
<i>SCHNEIDER, Thomaz.</i> Algumas Considerações sobre o Comportamento das Empresas Multinacionais	433
<i>SILVERS, Arthur L.</i> Migração, Transição e Absorção em Vinte Cidades	83
<i>TOLOSA, Hamilton C.</i> Diferenciais de Produtividade Industrial e Estrutura Urbana	325
<i>VANDERSLICE, Lane.</i> Produto Fixo e Processo do Multiplicador nos Países em Desenvolvimento	157
<i>VERNON, Raymond.</i> The Economic and Political Consequences of the Multinational Enterprise: An Anthology (Resenha)	463
<i>VERSIANI, Flávio R.</i>	181
<i>ZERKOWSKI, Ralph Miguel.</i> Contas Nacionais do Brasil — Conceitos e Metodologia	139

**ASSINATURAS DE
"PESQUISA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO"**

Visando a facilitar aos leitores o recebimento automático da Revista **Pesquisa e Planejamento Econômico**, o IPEA resolveu instituir um sistema de assinaturas, válido por seis (6) números, incluindo as edições regulares (semestrais) e as eventuais edições especiais.

As assinaturas serão cobradas ao preço de capa da revista vigente na ocasião da assinatura e irrealizável pelos seis (6) números correspondentes.

Os assinantes de **Pesquisa e Planejamento Econômico** gozarão dos seguintes descontos na compra, diretamente ao IPEA, de outras publicações, durante o 1.º ano de validade da assinatura:

Livros editados a partir de 1975 — 20%

Livros editados entre 1973 e 1974 — 30%

Livros editados entre 1971 e 1972 — 40%

Os pedidos de assinaturas devem ser endereçados ao Serviço Editorial — Rua Melvin Jones, 5 — 28.º andar, Rio de Janeiro, acompanhados de cheque pagável na praça do Rio de Janeiro, no valor de Cr\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros), em nome do Instituto de Planejamento Econômico e Social — IPEA.

obras publicadas pelo ipea

Relatórios de Pesquisa

- 1 — **Análise Governamental de Projetos de Investimento no Brasil: Procedimentos e Recomendações** — Edmar Bacha e outros.
- 2 — **Exportações Dinâmicas Brasileiras** — Carlos Von Doellinger e outros.
- 3 — **Eficiência e Custos das Escolas de Nível Médio: Um Estudo-Piloto na Guanabara** — Cláudio de Moura Castro.
- 4 — **Estratégia Industrial e Empresas Internacionais (Posição Relativa da América Latina e do Brasil)** — Fernando Fajnzylber.
- 5 — **Potencial de Pesquisa Tecnológica no Brasil** — Francisco A. Biato e outros.
- 6 — **A Industrialização do Nordeste — Volume I (A Economia Regional)** — David Goodman e Roberto Cavalcanti de Albuquerque.
- 7 — **Sistema Industrial e Exportação de Manufaturados (Análise da Experiência Brasileira)** — Fernando Fajnzylber.
- 8 — **Colonização Dirigida no Brasil: Suas Possibilidades na Região Amazônica** — Vania Porto Tavares e outros.
- 9 — **Financiamento de Projetos Industriais no Brasil** — Wilson Suzigan e outros.
- 10 — **Ensino Técnico: Desempenho e Custos** — Cláudio de Moura Castro e outros.
- 11 — **Desenvolvimento Agrícola do Nordeste** — George Patrick.
- 12 — **Encargos Trabalhistas e Absorção de Mão-de-Obra: Uma Interpretação do Problema e seu Debate** — Edmar L. Bacha e outros.
- 13 — **Avaliação do Setor Público na Economia Brasileira: Estrutura Funcional da Despesa** — Fernando Antonio Rezende da Silva.

- 14 — **Transformação da Estrutura das Exportações Brasileiras: 1964/70** — Carlos Von Doellinger e outros.
- 15 — **Desenvolvimento Regional e Urbano: Diferenciais de Produtividade e Salários Industriais** — Sérgio Boisier e outros.
- 16 — **Transferência de Impostos aos Estados e Municípios** — Aloísio B. Araújo e outros.
- 17 — **Pequenas e Médias Indústrias: Análise dos Problemas, Incentivos e sua Contribuição ao Desenvolvimento** — Frederico J. O. Robalinho de Barros e Rui Lyrio Modenesi.
- 18 — **Dinâmica do Setor Serviços no Brasil — Emprego e Produto** — Wanderly J. M. de Almeida e Maria da Conceição Silva.
- 19 — **Migrações Internas no Brasil: Aspectos Econômicos e Demográficos** — Milton da Mata, Eduardo Werneck R. de Carvalho e Maria Thereza L. L. de Castro e Silva.
- 20 — **Incentivos à Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste** — David Edwin Goodman e Roberto Cavalcanti de Albuquerque.
- 21 — **Saúde e Previdência Social: Uma Análise Econômica** — Fernando A. Rezende da Silva e Dennis Mahar.
- 22 — **A Política Brasileira de Comércio Exterior e seus Efeitos: 1967/73** — Carlos Von Doellinger, Hugo B. de Castro Faria e Leonardo Caserta Cavalcanti.
- 23 — **Serviços e Desenvolvimento Econômico no Brasil: Aspectos Setoriais e suas Implicações** — Wanderly J. Manso de Almeida.
- 24 — **Industrialização e Emprego no Brasil** — José Almeida.
- 25 — **Mão-de-Obra Industrial no Brasil: Mobilidade, Treinamento e Produtividade** — Cláudio de Moura Castro e Alberto de Mello e Souza.
- 26 — **Crescimento Industrial no Brasil: Incentivos e Desempenho Recente** — Wilson Suzigan, Regis Bonelli, Maria Helena T. T. Horta e Celsius A. Lodder.
- 27 — **Financiamento Externo e Crescimento Econômico no Brasil: 1966/73** — José Eduardo de Carvalho Pereira.
- 28 — **Tecnologia e Rentabilidade na Agricultura Brasileira** — Cláudio Roberto Contador.

Monografias

- 1 — **População Economicamente Ativa da Guanabara** — Manoel Augusto Costa.
- 2 — **Crerios Quantitativos para a Avaliao e Selecao de Projetos de Investimentos** — Clóvis de Faro.
- 3 — **Exportação de Produtos Primários Não-Tradicionais (Milho, Soja, Carnes, Produtos de Madeira, Derivados de Cacau e Alimentos Processados)** — Carlos Von Doellinger e outros.
- 4 — **Exportação de Manufaturados (Máquinas-Ferramenta, Máquinas de Escritório, Derivados de Cana-de-Açúcar, Produtos Siderúrgicos e Setores Potenciais)** — Carlos Von Doellinger.
- 5 — **Migrações Internas no Brasil** — Manoel Augusto Costa e outros.
- 6 — **Restrições Não-Tarifárias e seus Efeitos sobre as Exportações Brasileiras** — Carlos Von Doellinger.
- 7 — **A Transferência de Tecnologia no Desenvolvimento Industrial do Brasil** — Nuno Fidelino de Figueiredo.
- 8 — **Planejamento Regional: Métodos e Aplicação ao Caso Brasileiro** — Carlos Maurício de C. Ferreira e outros.
- 9 — **Estudos sobre uma Região Agrícola: Zona da Mata de Minas Gerais** — Stahis S. Panagides e outros.
- 10 — **Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira — 1889/1945** — Annibal Villanova Villela e Wilson Suzigan.
- 11 — **Estudos sobre uma Região Agrícola: Zona da Mata de Minas Gerais (II)** — Euter Paniago e outros.
- 12 — **Investimento em Educação no Brasil: Um Estudo Sócio-Econômico de Duas Comunidades Industriais** — Cláudio de Moura Castro.
- 13 — **O Sistema Tributário e as Desigualdades Regionais: Uma Análise da Recente Controvérsia sobre o ICM** — Fernando A. Rezende da Silva e Maria da Conceição Silva.
- 14 — **O Imposto sobre a Renda e a Justiça Fiscal** — Fernando A. Rezende da Silva.
- 15 — **Aspectos Fiscais das Áreas Metropolitanas** — Aloísio Barbosa de Araújo.

Série Estudos para o Planejamento

- 1 — **Variações Climáticas e Flutuações da Produção Agrícola do Centro-Sul do Brasil** — em equipe.
- 2 — **Aproveitamento Atual e Potencial dos Cerrados (Vol. I — Base Física e Potencialidades da Região)** — em equipe.
- 3 — **Mercado Brasileiro de Produtos Petroquímicos** — Amílcar Pereira da Silva Filho e outros.
- 4 — **A Transferência de Tecnologia no Brasil** — Francisco Almeida Biato e outros.
- 5 — **Desenvolvimento de Sistemas de Cadeias de Alimentos Refrigerados para o Brasil** — em equipe.
- 6 — **Desempenho do Setor Agrícola: Década 1960/70** — Sylvio Wanick Ribeiro.
- 7 — **Tecnologia Moderna para a Agricultura (Vol. 1 — Defensivos Vegetais)**.
- 8 — **A Indústria de Máquinas-Ferramenta no Brasil** — Franco Vidossich.
- 9 — **Perspectivas da Indústria Petroquímica no Brasil** — Amílcar Pereira da Silva Filho, Antonio Carlos da Mota Ribeiro e Francisco de Almeida Biato.
- 10 — **Características e Potencialidades do Pantanal Matogrossense** — Demóstenes F. Silvestre Filho e Milton Romeu.

Pesquisa e planejamento econômico. v. 1 — n.º 1 —
jun. 1971 — Rio de Janeiro, Instituto de Planejamento
Econômico e Social, 1971 —
v. semestral.

Título anterior: Pesquisa e planejamento v. 1 n.ºs 1 e 2
de 1971.

1. Economia — Pesquisas — Periódicos. 2. Planejamento
econômico — Brasil — Periódicos. I. Brasil. Instituto de Pla-
nejamento Econômico e Social.



CDD 330.05
CDU 33(81) (05)

